



Anais da Assembléia

Nº 93

CUIÇATIRA, QUARTA-FEIRA, EM 19 DE JUNHO DE 1996.

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUÍZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUÍZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Colmbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB – 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB – 10: Durval Amaral - Cleiton Kiese - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB – 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB – 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irandi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL – 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT – 05: Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 27.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 1996

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

Às dezesseis horas e quinze minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Gerari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Anibal Khury (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.^o 422-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER a retirada do Projeto de Lei n.^o 238/96, de autoria do Poder Executivo, por 10 Sessões, da Ordem do Dia da presente Sessão

Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 19.06.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso
—ido aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.^o 236/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.^o 049/96, que objetiva estabelecer normas pertinentes ao sanitarismo animal no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.A.I.C e C.S.P..

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, com apoio dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Péricles Mello e Emerson Nerone, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO, DE N.^o 01

PROJETO DE LEI N.^o 236/96

Acrescente-se ao artigo 1.^o:

Parágrafo 3.^o - Para os produtos artesanais fica assegurada a competência concorrente a nível municipal, concernente ao registro e à inspeção sanitária, visando a garantia do controle de qualidade aos produtos comercializados no âmbito local, exclusivamente municipal.

Sala das Sessões, em 19.06.96.

(a) IRINEU COLOMBO

Apoio: Doutor Rosinha, Péricles Mello e Emerson Nerone.

O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, faço uma consulta pela questão de ordem se há possibilidade dessa Emenda aprovar o Projeto, porque não altera o mérito do Projeto se tem condições de incorporá-lo na 3.^a Discussão e Redação Final?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Terá que ir para a CCJ para ser apreciado, e daí o pensamento de V.Exa. será esclarecido.

ITEM 02

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.^o 088/96, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Prô-Escola no Estado do Paraná, disciplina a utilização e inserção de publicidade no material escolar, equipamentos e instalações escolares da rede pública de ensino e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E.C.E..

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 05 (cinco), de autoria dos Senhores Deputados Irineu Colombo, Doutor Rosinha, Emerson Nerone, Péricles Mello e Ângelo Vanhoni, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01

PROJETO DE LEI Nº 088/96

Acrescente-se ao Artigo 6º, do referido projeto de Lei, o seguinte parágrafo:

"§ - A promoção ou divulgação de produtos e serviços de caráter pedagógico, como cursos, publicações, softwares, CD-ROMs, jogos e similares devem ter aprovação dos Núcleos Regionais de Ensino para produtos e serviços que circulem em escolas da jurisdição ou da Secretaria de Estado da Educação para produtos e serviços que circulem em toda a Rede Estadual de Ensino."

Sala das Sessões, em 19.06.96.

(aa) IRINEU COLOMBO

DOUTOR ROSINHA

EMERSON NERONE

PÉRICLES MELLO

ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

Quando produtos e serviços são apresentados no ambiente escolar há uma disposição dos pais a aceitá-los como se estes fossem recomendados ou, pelo menos, garantidos pela escola. A escola, portanto, como instituição social, precisa zelar por seu nome coibindo a sua utilização de má fé para provocar prejuízos ou insatisfações à comunidade que atende. Para evitar estes problemas os NREs ou a SEED devem verificar e autorizar a publicidade destes produtos no ambiente escolar, garantindo que só levarão à convivência da instituição Escola aqueles que fizerem por merecer.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02

Acrescente-se ao Artigo 6º, do referido Projeto de Lei, o seguinte:

"e) promoção ou divulgação: promoção do produto ou serviço diretamente pelo representante da empresa em sala de aula ou em ambiente escolar, através de vídeos, apresentações teatrais e congêneres e assemelhados, bem como a exposição do produto ou serviço no espaço escolar ou a divulgação do mesmo em sala de aula;"

Sala das Sessões, em 19.06.96.

(aa) IRINEU COLOMBO

DOUTOR ROSINHA

EMERSON NERONE

PÉRICLES MELLO

ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

Este dispositivo visa regular o extenso comércio que já existe nas escolas da Rede Estadual de Ensino, como cursos de

inglês, informática, venda de publicações e materiais pedagógicos. Há casos que algumas pessoas de má fé agem no interior da escola levando os pais e alunos ao consumo de produtos e serviços que não cumprem o objetivo a que se destinam e/ou a preços exorbitantes.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 03

Acrescente-se ao Artigo 6º, do referido projeto de Lei, o seguinte parágrafo:

"§ - A divulgação direta de produtos e serviços será procedida da comunicação do preço, condições de pagamento e condições de entrega aos Núcleos Regionais de Ensino dos produtos e serviços que circulem em escolas da jurisdição ou à Secretaria de Estado da Educação dos produtos e serviços que circulem em toda a Rede Estadual de Ensino."

Sala das Sessões, em 19.06.96.

(aa) IRINEU COLOMBO

DOUTOR ROSINHA

EMERSON NERONE

PÉRICLES MELLO

ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

Para que um produto seja habilitado a publicidade e venda direta na escola é necessário que os preços sejam devidamente comunicados para que se evite, posteriormente, abuso dos consumidores. Não se trata de uma política de controle de preços mas de evitar abuso de preços em certos locais e a utilização indevida do nome da escola.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 04

Acrescente-se ao Artigo 7º, do referido projeto de Lei, o seguinte:

"e) de produtos importados que não estejam de acordo com a legislação vigente;"

Sala das Sessões, em 10.06.96.

(aa) IRINEU COLOMBO

DOUTOR ROSINHA

EMERSON NERONE

PÉRICLES MELLO

ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

A legislação brasileira em vigor regula a circulação de produtos importados e portanto antes do produto ou serviço ser oferecido, o fornecedor precisa demonstrar estar em acordo com a legislação específica.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 05

Acrescente-se ao Artigo 7º, do referido projeto de Lei, o seguinte:

"f) que descaracterize os edifícios considerados como patrimônio histórico."

Sala das Sessões, em 19.06.96.

(aa) IRINEU COLOMBO

DOUTOR ROSINHA

PÉRICLES MELLO
ANGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

Diversos tipos de publicidade desrespeitam ou descaracterizam o patrimônio histórico. Por isso é importante preservar os edifícios escolares considerados como patrimônio histórico.

Conseqüentemente o Projeto será encaminhado à CCJ para o parecer e a avaliação e aprovação das emendas.

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 238/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 053/96, que destina a institucionalizar as atividades do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, instituído pela Lei nº 8.917, de 15 de dezembro de 1988, segundo o modelo de um ente de cooperação paraestatal sob a administração, supervisão e coordenação geral da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano - (PAPANACIDADE) e dá outras providências. COM PARECER DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. EMENDA DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 79, de 05.06.96.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 238/96

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem por objetivo autorizar o mesmo a instituir na modalidade serviço social autônomo, a PAPANACIDADE.

Chamada essa Comissão a se manifestar com relação ao presente Projeto de Lei, nada encontramos que pudesse impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável, na forma da Emenda em anexo.

Sala das Comissões, em 19.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 238/96

1 - EMENDA SUBSTITUTIVA ao Art. 7º, I: Substitua-se, no inciso I, do Art. 7º, o numeral "4 (quatro) pelo numeral 5 (cinco).

2 - EMENDA ADITIVA ao Art. 7º: Inclua-se no Art. 7º, a seguinte alínea:

"e) um representante indicado pelo Instituto de Engenharia do Paraná."

3 - EMENDA MODIFICATIVA do Art. 11, III:

O inciso III do Art. 11 passa a ter a seguinte redação:

"III - permitir à Diretoria Executiva estabelecer processo de compra de mate-

riais e serviços mediante procedimentos licitatórios simplificados, observados os princípios inscritos na Lei Federal nº 8666 de 21 de junho de 1993".

4 - EMENDA ADITIVA AO ART. 15:

Inclua-se no Art. 15 o parágrafo 1º com a redação a seguir, remunerando-se o parágrafo Único como parágrafo 2º:

"§ 1º - Relativamente ao inciso IV, deste artigo, assegurar-se-á a permanência do servidor estável na Administração Pública Estadual, na forma prevista no Art. 240 e seguintes, da Seção VII, da Lei nº 6.174 de 16 de dezembro de 1970, por um período não superior a 12 (doze) meses, findo o qual e se não tiver interesse em permanecer na empresa, será redistribuído em conformidade com o estabelecido no artigo 14 desta Lei".

EMENDA MODIFICATIVA AO ART. 21.

O Art. 21 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 21 - O Conselho de Administração aprovará, por proposta do Presidente do Serviço Social Autônomo Papanacidade, o Estatuto da entidade, que será submetido ao Senhor Governador, para homologação mediante ato próprio, quando então será efetuado o seu registro e celebrado o Contrato de Gestão previsto na presente Lei."

6 - EMENDA SUBSTITUTIVA ao Art. 26:

O Art. 26 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 26 - Prevagam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 9663, de 16 de junho de 1991."

Sala das Comissões, em 19.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 238/96. Anunciando que sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do projeto de lei por 10 sessões. Prejudicado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, a CCJ tratou da análise desse projeto durante a tarde de hoje e no encaminhamento da votação o relator do projeto, Deputado Nelson Justus fez uma proposição durante a CCJ que uma vez aprovado aquele relatório o projeto viria para a Ordem do Dia e assim que recebesse as emendas necessárias, evidentemente que pelo Regimento da Casa ele automaticamente vai sair na Ordem do Dia amanhã quando ele vier em 2ª votação.

Me parece que o requerimento do Depu-

tado Pomanelli, quero crer que esse requerimento estivesse preparado antes da CCJ e o Deputado não tenha lembrado que diante do entendimento na CCJ, não haveria mais necessidade do requerimento. Quero entender que tenha sido isso, Deputado Pomanelli.

Por isso Presidente, como há emendas ao projeto, o projeto vai retornar à CCJ e evidente é que ele vai sair da Ordem do Dia. Não vejo porque dar razão a este requerimento. Insisto ao Deputado e quero entender que tenha este requerimento sido feito antes do que foi acordado na CCJ durante a tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A palavra está com o projeto em regime de urgência não será admitido conceder adiamento conseqüentemente prejudicado o vosso pedido.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, para registrar o seguinte: o Deputado Algaci Túlio, na Comissão de Justiça assumiu um compromisso público de não só pela retirada das emendas que são oferecidas, mas se abrir um prazo para discutir esse projeto. Na verdade, Deputado Algaci Túlio, assumiu esse compromisso e a palavra dele para mim é suficiente para que possamos ter um prazo de discussão do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente anotada a posição de Vossa Excelência.

Em votação o Projeto de Lei nº 238/96, ressaltando que recebemos aqui as emendas que vão ser encaminhadas para a segunda discussão do referido projeto e ainda, faltando para o Deputado Nerone que solicita dele o apoio a vossas emendas que será fácil pegar do Deputado Rosinha, Péricles e de mais alguns Deputados que assim o desejarem.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Deputado Nerone.

As emendas serão recebidas em 2ª Discussão.

O SR. FERNANDO NERONE - Senhor Presidente, apenas querendo relembrar o que aconteceu na CCJ. Tínhamos uma série de emendas. 18 emendas que pedimos ao relator que as acatasse antes do seu parecer, exatamente para que no bojo do seu parecer já estivessem contidas as 18 emendas. Como não foi possível, votamos contra a constitucionalidade desse projeto e apresentamos agora. Agora fomos tomados de surpresa, e até gostaríamos Deputado Algaci Túlio, a sexta emenda substitutiva que diz o se-

guinte: essas emendas foram colocadas hoje no relatório do Deputado Nelson Justus. Esse relatório do Deputado Nelson Justus, esse relatório foi aprovado e o Paraná Cidade foi aprovado, então, com essas 6 emendas e a 6ª emenda diz assim: "O artigo 26 passa a ter a seguinte redação - revoga-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 9.663 de 16 de junho de 1991."

Senhores membros da CCJ, a Lei nº 9.663 é a lei que transforma as Fundações Estaduais em Autarquias. A Lei 9.663 diz o seguinte: "As Fundações Estaduais, adiante relacionadas, mantidas as finalidades para as quais foram instituídas, ficam transformadas em autarquias, integrantes da administração indireta do Estado. Conforme dispõe o art. 7º inciso 1º da Lei." E transformou em autarquias a Fundação de Ação Social do Paraná, a Fundação de Assistência dos Municípios do Paraná, a Fundação de Esporte e Turismo, a Fundação Educacional do Estado do Paraná e uma quantidade enorme de fundações entre elas todas as faculdades e universidades do Paraná.

O que pedíamos na CCJ era exatamente tempo para análise desse parecer, para análise dessas emendas modificativas e para que o Relator tomasse conhecimento das nossas emendas. E uma vez acatadas as nossas emendas a Bancada do PT e o Deputado Romanelli já havia declarado, seríamos favorável à sua constitucionalidade. Queria lembrar, também, uma afirmação feita hoje na CCJ para clarear bem o que é o Paraná Cidade. Pessoas ligadas ao Governo afirmam que esta lei tem sido discutida já há 6 meses no Palácio Iguaçu. Ela entrou aqui e foi recebida por Vossa Excelência dia 30 de maio. Entrou na CCJ na 3ª feira passada, só que já entrou em Regime de Urgência. Regime de Urgência, este, que dificulta qualquer tipo de discussão nesta Casa.

Senhores Deputados, o Governo gasta 6 meses para pensar uma nova proposta de gerência do Estado, o Governo gastou 6 meses discutindo para criar aquilo que é chamado uma pessoa jurídica de direito privado, um ente paraestatal, um ente de cooperação paraestatal, sob a administração, supervisão e coordenação geral da Secretaria. Um ente paraestatal, uma empresa que vai ser regida pelo direito privado, segundo o Projeto, que vai administrar 800 milhões de reais nos próximos 2 anos e meio, oriundos do Fundo de Desenvolvimento Urbano. E tivemos que discutir a toque de caixa e por benevolência do Líder do Governo - Deputado Algaci Túlio - ganhamos um mês para discutir isso na CCJ, porque nem a isso tínhamos direito.

Quando o Parlamento vota uma lei a to-

que de caixa, absolutamente nova, já que só existe um ente de cooperação nesses mesmos moldes que é o Hospital Sara, em Brasília, quando o Parlamento vota uma lei a toque de caixa de tamanho reordenamento jurídico e de gestão do Estado, temos de tomar cuidado para ver se não estamos sendo um Parlamento inócuo.

Tivemos menos de uma semana para analisar um novo reordenamento, uma nova proposta de gestão. Em uma semana o Parlamento não tem condições de avaliar porcaria nenhuma, quanto menos uma lei que tanto foi discutida pelo Governo. Estamos servindo de massa de manobrar ao aprovar esta lei para o Governo do Estado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Só comunicar que tenho a impressão de que, na verdade, quando a CCJ aprovou a emenda no art. 26, não tenha se apercebido, na verdade, que está revogando uma lei que criou todas as autarquias. Talvez faltou complementar - nesta emenda - dizendo o item 2 da Lei nº 9.663. Tenho certeza que, por isso, falei, até, falei até aos Senhores Parlamentares que quando o projeto vier amanhã em segunda e sair para receber as emendas haverá toda a possibilidade de recuperar este possível engano colocado com esta emenda e analisar as emendas que espero que o Deputado Nerone tenha colocado, emendas que possam enriquecer mais esta proposta de modernidade que o Governo do Estado quer implantar aqui no Estado do Paraná.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, ainda há pouco na votação do requerimento nós fizemos menção à discussão que estamos travando numa semana de prazo como bem disse o Deputado Nerone para discutir a formação, a criação de uma coisa que não se sabe se chama de instituição, entidade, empresa. Senhor Presidente, na verdade se trata de um modelo absolutamente inexistente no País, uma exceção de onde foi copiado isto, que foi do Hospital Sara Kubitschek, em Brasília, que é uma situação excepcional porque cuida da área da saúde e o Governo do Estado quer concretamente formar uma empresa privada com recursos públicos para administrar programas de Governo. É uma situação rigorosamente ilegal, inconstitucional. Nós hoje na Comissão de Justiça discutimos em profundidade esta matéria, este texto está eivado de ilegalidades, inconstitucionalidades, um texto que é anti-jurídico porque ele seguramente foi escrito por alguém que queria na verdade inovar para que esses recursos públicos possam ser gerenciados por uma empresa privada.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores

Deputados, quero crer o seguinte que o Governo Estadual deve colocar a mão na consciência, ver o que está aprovando, abrir o processo de discussão, é absolutamente inconstitucional a criação desta empresa, Paraná Cidade, porque não pode uma empresa privada suprir o Estado nas suas atribuições.

Então, Vossa Excelência, Senhor Presidente, Senhores Deputados, saibam que seguramente haverá desdobramentos em Tribunais sobre a legalidade dessa matéria e espero que o nobre Deputado Algaci Túlio que aqui representa o Governo tenha bom senso para que se possa interromper este processo. Agora mesmo estava se votando no artigo 26 a extinção de todas as autarquias do Estado do Paraná, que é a Lei nº 9.673 que o Deputado Algaci Túlio acabou de verificar que é o que está no texto do artigo 26, que o Deputado Nerone acabou de dizer aqui.

Então, se não só isto bastasse revogasse a Constituição na questão da exigência do concurso público para admissão de pessoal, revoga-se a Lei 8.666 que rege as licitações públicas que são realizadas na República Federativa do Brasil, no qual o Paraná é um Estado membro e que tem que respeitar esta lei federal, enfim, cria-se, na verdade, uma série de dispositivos da matéria orçamentária que são atribuições exclusivas desta Casa aqui, e que se quer transferir, na verdade, a uma instituição que vai ser presidida, como Presidente de honra, o Secretário do Desenvolvimento Urbano.

Então, quero registrar o meu voto contrário e pedir a esta Casa que vote contrário a constitucionalidade desta matéria, porque esta Casa aqui, seguramente, estará flagrantemente violando a Constituição Estadual e Federal ao votar pela criação desse ente, até se chama de ente, Órgão de cooperação, de interesse coletivo, mas de direito privado e o dinheiro público não pode ser apropriado por empresas privadas.

Então, Senhor Presidente, quero pedir aos Senhores Deputados para que votem contrariamente a constitucionalidade desta matéria que é o que estamos discutindo hoje.

Muito obrigado.

O SR. IRINEU COLOMEO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, este projeto, apesar de nós estarmos na primeira votação analisando a constitucionalidade, mas todo mundo sabe que nós temos uma função política e nós, o que achamos injusto, poderemos considerar inconstitucional. Quem lê bem o preâmbulo da Constituição Federal sabe que essa máxima é verdadeira.

Ora, quando se propõe a substituir uma empresa por outra mas que a autorização legislativa para se constituir esta nova empresa é ampla, tão ampla que permite até a esta empresa fazer novo estatuto sem precisar passar por aqui. Esta empresa recebeu recursos, sem a mínima fiscalização da Assembléia Legislativa. Como diz aqui no artigo 23: a concessão de créditos adicionais. Todo e qualquer crédito adicional, necessariamente, de transposição, remanejamento, qualquer transferência, precisa passar necessariamente por autorização legislativa nesta Casa de Leis, Senhor Presidente.

Quando falamos de estatuto, estatuto vai ser criado, já coloca um referendo. O que estará escrito neste estatuto, perguntado? O que o estatuto vai prever de transferência, de regalia a quem dirigir esta entidade? As estruturas, os recursos e o estatuto, Deputados, vai fazer com que quem dirigir a esta instituição tenha mais poder que Secretário, muito mais poder administrativo, de remanejamento de verba, de chamar um Prefeito na sua e negociar politicamente, fazer pressão. Vamos ter a interferência direta dos interesses privados sobre uma estrutura estatal. Eis o perigo da gente aprovar esta lei do jeito que ela está constada, porque a nossa visão política nos remete necessariamente a uma relação desigual.

Então a Bancada do Partido dos Trabalhadores, tende, como encaminhou o Deputado Nerone, a visão de que está eivado de inconstitucionalidade e também no mérito, na questão política manifestada por mim, e será manifestada por outros Deputados da nossa Bancada, estamos votando contra este projeto e especialmente, Senhores Deputados no momento em que estamos na ante-sala de uma eleição municipal, dar super poderes a uma pessoa que dirigindo a esta instituição, o que poderá acontecer de influência nas eleições municipais. É essa a nossa indagação e precisaríamos na verdade, fazer um grande debate público para saber se o povo do Paraná concorda com isso ou não. Com esse dinheiro, esse patrimônio, essa liberalidade estatutária que estaremos aprovando.

O SR. TOTI COLAÇO - Gostaria também de me associar às palavras daqueles que me antecederam e dizer de que na verdade nós aprovando aqui, estaremos aprovando a constitucionalidade desta matéria. Mas a Comissão de Constituição e Justiça que apreciou esta matéria durante esta manhã ou logo após o almoço, quero, com o maior respeito que tenho com o relator, pelos Deputados que votaram favoravelmente à aprovação daquele relatório, dizer da minha contrariedade.

Participei da Comissão de Constituição e Justiça durante praticamente todo o mandato passado, e matéria desta natureza tenho certeza absoluta que não passaria. E quero reafirmar de que esta matéria a meu ver é completamente, inconstitucional, portanto também, nós, vamos votar contrariamente, tendo em vista o ferimento à Constituição Federal, e porque não dizer também do nosso Estado. Gerir uma empresa com recursos públicos amparado pelo direito privado, é uma coisa que com certeza absoluta a justiça vai anular este ato que, se aqui for aprovado e praticado por esta Casa de Leis. Portanto o meu voto neste instante, é acompanhar os demais que estão votando contrariamente à aprovação da constitucionalidade da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Deputado Algaci Túlio, último orador.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Estado na verdade, quer se dotar do mecanismo de muita agilidade, do mecanismo que possa fazer com que venha a executar com mais rapidez, sem a burocracia estatal, porque nós começamos a viver um País diferente, um País da modernidade, que é o que tenta aplicar a nível de Governo Federal, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, e este projeto do Governo do Estado, é um projeto feito com muito estudo, com muita análise, com muito conhecimento, de uma boa parte, de quase a maioria dos Senhores Parlamentares desta Casa.

Fizemos várias reuniões, ainda na manhã de ontem, ou na manhã de anteontem, se não me engano, nós tivemos a presença aqui nesta Casa, do Secretário Ludomir Flicinski, do Consultor que foi evidentemente, o encarregado de fazer a confecção desse projeto.

Então, na verdade, Senhor Presidente, foi feito um estudo muito profundo. O Governo do Estado quer fazer a modernização e a Assembléia Legislativa não pode correr o risco de ficar a reboque desta modernidade.

Quando aqui se levantou a questão da constitucionalidade, Senhor Presidente, faço menção ao que já fizemos durante a CCJ hoje, de dois artigos da Constituição. Artigo 23: "é facultada a criação, mediante lei de órgãos ou entidades de apoio técnico de âmbito regional para organizar, planejar, executar as funções públicas de interesse comum".

O artigo 24: "para a organização, planejamento, execução das funções públicas de interesse comum, no âmbito das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas de microrregiões serão destinados recursos financeiros do Estado e dos municípios in-

tegrantes previstos nos respectivos orçamentos anuais".

Além do mais, Senhor Presidente, quando aqui se mencionou que a Assembléia não terá nenhuma fiscalização daquilo que está aprovado.

Vejam, teremos dentro do Paraná Cidade, a sua gestão, a sua administração gerida por uma direção superior composta pelo Secretário da SEDU, que não vai ter nenhuma remuneração, a sua diretoria executiva, pelo diretor de operações, pelo diretor de administração e finanças. Teremos o Conselho de Administração com sete titulares e sete suplentes, Secretário da SEDU, Secretário da SEPLAN, representante da Federação das Associações dos Municípios do Paraná, representantes de arquitetos, representantes do Ministério Público do Estado do Paraná, ou será que o Ministério Público não fiscaliza. Teremos ainda, representante da Federação das Indústrias, representante da Federação do Comércio, e ainda no corpo da lei do seu Artigo 11, § 2º, cita: "a execução do contrato de gestão será supervisionado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU, e fiscalizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná".

Entendo e reconheço que é uma matéria que vem inovar no Estado do Paraná, e que até certo ponto pegou a Casa um tanto quanto de surpresa diante da complexidade deste projeto de lei.

E como tenho agido, Senhor Presidente, em discussões de outros projetos de certa polêmica nesta Casa, e já me coloquei durante a CCJ, hoje à tarde, à disposição para que nós, aprovando em 1ª discussão, voltando ele amanhã em 2ª Discussão, receberá as emendas necessárias para melhorar, se possível, ainda, este projeto. Vamos, claro, evidentemente, tratar de discutir com mais profundidade. Não vejo preocupação, não vejo razão de preocupação em colocar suspeitas na legalidade do projeto, na honestidade com que o Governo quer gerir esses recursos, e da forma como o Governo quer agilizar a ação dos municípios do Paraná. Só cito este detalhe. Não podemos ficar à mercê da modernidade do Estado, e a Assembléia Legislativa não acompanhar essa modernidade.

Respeito a posição dos Senhores Parlamentares. Vamos analisar com profundidade, mas podem ter certeza, é um projeto de alto alcance social, é um projeto que moderniza o Estado do Paraná. E todos temos que ter esse entendimento, de que ele é necessário, da forma como quer colocar o Presidente da República.

Fra esse o encaminhamento que queria fazer, pedindo aos Senhores Parlamentares que diante do que entendeu-se na CCJ, se mantenha neste Plenário que é a aprovação

em primeira, para que na segunda ele receba as devidas emendas.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Queria propor ao Deputado Algaci Túlio - Líder do Governo nesta Casa. Ele disse que vai aparecer um número muito grande de emendas e, automaticamente, a mensagem vai voltar à Comissão de Constituição e Justiça, que deverá ser apreciada na terça-feira, possivelmente. E Vossa Excelência tem se pautado nesta Casa como um grande líder. Tenho o maior respeito por Vossa Excelência, mas é importante que neste instante Vossa Excelência possa mais uma vez, tendo em vista que está, me parece, anunciando a sua saída desta Casa, antecipadamente, possa convidar o Secretário Lubomir Ficinski, para que compareça na segunda-feira, aqui no Plenário desta Casa para discutir conosco, esclarecer, tirar dúvidas, porque na verdade, Deputado Algaci Túlio, há uma vontade de todos os Deputados de colaborar em alguns movimentos com o Governo, com o povo do Paraná.

Mas, a aprovação, pura e simplesmente.

Eu, por exemplo, como Líder da Bancada do PMDB, não participarei de nenhuma discussão a respeito dessa matéria. Estou sendo cobrado por alguns companheiros, apenas o Deputado José Tavares, nosso companheiro, esteve presente numa dessas reuniões, que muitos Secretários de Estado já estiveram aqui, presentes, esclarecendo, tirando dúvidas em projetos e mensagens do mais alto alcance para o Estado do Paraná.

Segunda-feira, é um bom tempo, e que se ele viesse aqui, que fizesse Vossa Excelência o convite, posso protocolar um requerimento, um ofício, um expediente. Acredito que tiraria muitas dúvidas da nossa bancada, dos Deputados, não somente da nossa bancada, porque temos discutido extraoficialmente a aprovação desta matéria, já por alguns dias, aqui nesta Casa.

Fica aqui a sugestão, o pedido nosso. E, se for possível, Senhor Presidente, eu protocolo o requerimento daqui a pouco, convidando o Secretário Lubomir, para comparecer aqui no Plenário.

O SR. ELIO FUSCH (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

É com muita alegria que registramos na Sessão de hoje, a presença do Presidente Nacional da Câmara Júnior, o nosso companheiro Nilberto, bem como a presença do Presidente da Câmara Júnior do Estado do Paraná, Marcos Freitas; também a presença do editor de marketing da Câmara Júnior do Estado do Paraná, Wanderlei; bem como a presença, também, do Presidente da Câmara Júnior, aqui, da Cidade de Curitiba, Cerylos Eduardo Silva.

A Câmara Júnior, Senhor Presidente, Senhores Deputados, na verdade é uma escola de lideranças. É uma escola que visa, exatamente, investir no próprio elemento, nos próprios companheiros. E eu, hoje, como Deputado, devo muito daquilo que tenho aprendido na Comissão dos meus trabalhos na Câmara Júnior, porque sou o fundador da Câmara Júnior da minha cidade, em Marechal Cândido Rondon. Passei dos 40 anos, e o membro da Câmara Júnior que passa dos 40, passa a integrar o Senado da JCI. E hoje, sou Senador da Câmara Júnior do nosso Brasil. E é por isso, nosso Presidente Nilberto, que a Assembléia Legislativa se sente honrada em receber essa ilustre presença na Sessão de hoje.

Muito obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Associando a presença, e por sugestão do Deputado Antônio Annibelli, estaremos recebendo em nosso gabinete essas ilustres presenças, e convido todos os Senhores Deputados.

Com a palavra o Deputado Algaci Túlio, pela Ordem.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, entendo perfeitamente a preocupação do Líder do PMDB, Deputado Toti Colaço, mas posso garantir ao Deputado e a este Plenário, que vamos discutir com profundidade o projeto, após, evidentemente, aprovado em 1.ª Discussão, porque tem que se respeitar o regime de urgência. Ou se aprova, ou não se aprova. E a 2.ª votação, que é amanhã, recebendo as emendas, ele sai e teremos uma semana, mais aí uns cinco, seis, sete dias a mais, para poder discutir.

Proponho-me e assumo esse compromisso. Fiquem tranquilos quanto a isso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Para encaminhar o último orador, depois da última inscrição, o Deputado Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Ouí a exposição do Deputado Algaci Túlio, dizendo que o projeto é para modernizar o nosso Estado.

Enquanto ele expunha, veio-me à mente um trecho duma crônica escrita por Luiz Fernando Veríssimo, que com a grande discussão de dizer que tudo tem que ser entregue no mercado, tudo tem que ser privatizado. E aqueles que são contra são chamados de dinossauros. Escreveu Luiz Fernando Veríssimo, que ele era um dinossauro e eu também o sou. Porque os dinossauros são sensíveis. Não suportam mudanças climáticas violentas. Enquanto, as baratas,

por milênios de anos, continuam vivendo e resistindo.

Essa modernidade das baratas é condenável. O que se coloca praticamente, hoje, em discussão, tal projeto, é o chamado projeto neoliberal. De que o Estado tem que ser mínimo e tudo tem que ser entregue à iniciativa privada. Por que é que a iniciativa privada, tão competente, precisa do Erário Público para fazer isto? Haja vista, aí, os banqueiros necessitando disso, das intervenções. Haja vista, na hora de se prestar o socorro, os usineiros bancando pelo tesouro e, aqui, é mais uma questão desta.

Não adianta esse projeto entrar na Ordem do Dia de amanhã, Senhor Presidente, para dizer que vai ser debatido após a Ordem do Dia de amanhã. Porque ele tem de ser debatido antes de entrar na 2.ª discussão, senão não tem razão. Nenhuma Bancada e nenhum Deputado vai poder apresentar emendas. Esse projeto, se for ter que ser debatido, é antes de constada a Ordem do Dia. Porque, ele, na Ordem do Dia, de amanhã, quem entregou a emenda entregou e quem não entregou e se quiser fazer após os debates com secretários ou seja com quem for, não tem mais chance nenhuma. Aí é demagogia dizer que vai ser debatido.

Tenho a impressão que o Algaci foi um bom aluno, aqui, na legislatura passada. Ele está fazendo tudo aquilo, que ele condenava, na bancada governista, no qual se tramitava tudo no afogadilho e nada se discutia. Ou o Algaci foi bom aluno, ou a Bancada do PMDB foi bom professor, na legislatura passada.

Algaci, se quisermos debater, não pode estar na Ordem do Dia de amanhã, senão não tem razão de nenhum debate. Porque não é possível mais se apresentar emendas. E tal projeto, além de ser encaminhado como inconstitucional, pela nossa bancada, quanto ao mérito dele, vamos analisar no momento oportuno, porque ele vem de encontro, justamente, àquilo que se é pregado, hoje, a grande competição de mercado, que é colocar o Rosinha lutar com o Mike Taison, para ver quem pode.

Então, se quisermos fazer um debate sério, ele não poderá estar na Ordem do Dia de amanhã, senão não terá seriedade. É proposta demagógica e, aí, não tem nenhuma razão de ser.

O SR. PRESIDENTE: (Luiz Carlos Zuk) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Nerone.

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para contestar as afirmativas do Governo, de uma ampla discussão. Me desculpe, mas se houver uma am-

pla discussão, foi extremamente incompetente. Basta ver, por exemplo, o art. 20 que diz assim:

(Lê):

"O Serviço Social Autônomo, na cidade, fará publicar no Diário Oficial do Estado normas de licitações próprias para disciplinar procedimentos relativos às compras e alienações de contratos.

Uma empresa, um ente para a Estatal que vai ser regido pelo direito privado ou público, isso não está bem claro ainda, mesmo porque é uma novidade jurídica, não há protagonismo, e protagonismo não quer dizer que somos modernos, protagonismo é só sair na frente, não podemos quebrar a

Curitiba, quarta, em 19.06.96

cara na frente. Mas com relação a esse projeto houve uma discussão extremamente incompetente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Passamos à votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão. Projeto **Aprovado**. Constará amanhã na Ordem do Dia em 2.^a Discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.